===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2018:** *Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente o Executivo Municipal, sob a Presidência de **Joaquim Jorge Ferreira**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Maria de Jesus Silva, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, Carla Maria de Pinho Rodrigues, Rui Jorge Lopes da Silva e José Domingos Campos da Silva.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Coordenadora Técnica, **Maria Augusta Silva Correia.*** =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.*=====

===== *Não esteve presente na reunião o Senhor Vereador Ricardo Jorge de Pinho Tavares, por motivos profissionais, tendo sido substituído pela Vereadora Helena Lestre.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Rui Luzes Cabral que deu a seguinte informação: O Carnaval Infantil é no próximo dia 3 de fevereiro, se não estiver bom tempo, passa para o dia 4 de fevereiro, se não houver condições nesse fim-de-semana, passará para o fim-de-semana seguinte, e inicia às 15,00 horas, com saída do Campo de Jogos da Soares de Basto, faz toda a Avenida até à Rotunda do Rainha e volta para o mesmo local da saída.* =====

Seguidamente, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Carla Rodrigues que fez a seguinte intervenção: Relativamente ao Plano Estratégico do Conselho de Administração do Centro Hospitalar para o Hospital de S. Miguel, após a reunião do Senhor Presidente com o Conselho de Administração, qual a apreciação que faz deste Plano Estratégico e da importância do nosso Hospital neste Centro Hospitalar? Uma saudação e congratulação dos Vereadores do Partido Social Democrata em relação à Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa que viu recentemente alterada a sua designação para Escola Superior de Saúde. Está de parabéns a Direção da Escola, o seu Diretor Henrique Pereira e todos os que se empenharam nesta conquista. =====

Usou de seguida a palavra o Vereador José Campos Silva que fez a seguinte intervenção: Chegou-nos ao conhecimento algumas preocupações das pessoas ligadas aos estabelecimentos de venda de bebidas (bares da cidade) que têm sentido algumas restrições ao funcionamento (horário de

funcionamento) com autos de polícia que têm sido levantados: Saber se tem alguma informação sobre essa matéria, se já existiu algum tipo de contactos com as entidades policiais e com os próprios estabelecimentos?=====

O Vereador Rui Lopes usou da palavra para destacar a brilhante exibição que a Oliveirense fez (meias-finais da Taça CTT). =====

===== Respondendo às questões colocadas, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Quanto ao Carnaval Infantil desejar que corra bem e que as Forças de Segurança e os Bombeiros Voluntários estejam envolvidos na organização para tudo corra bem. Relativamente ao Hospital S. Miguel: Reunimos com o responsável do Centro Hospitalar do entre Douro e Vouga., Dr. Miguel Paiva. Tivemos oportunidade de visitar alguns melhoramentos que foram feitos nas instalações, sobretudo para resolver problemas com a estrutura do edifício, de infiltrações. O que foi transmitido pelo Dr. Miguel Paiva foi que havia a intenção, o firme propósito por parte do Conselho de Administração de instalar no Hospital S. Miguel o Centro Oncológico Regional. Pretendia ele que aquele Hospital fosse a resposta nesta área para o Centro Hospitalar. Isso faria algum sentido, atendendo que temos a possibilidade de albergar ali os cuidados paliativos e já temos a consulta crónica da dor e ficaríamos assim com uma integração de resposta a esse nível. É evidente que fiquei satisfeito mas o que nos interessa, para além do esboço da possibilidade, é vermos concretizada a implementação desta resposta. O que nos foi assegurado é que sendo uma área que implica um conjunto transversal de especialidades, algumas delas não existem no Hospital S. Miguel, faria todo o sentido que essas especialidades que existem no Hospital de S. Sebastião fossem replicadas para o Hospital S. Miguel para que tivéssemos a possibilidade de um doente oncológico ter acesso a todo esse tipo de consultas. Muito sinceramente, aquilo que me apercebi é que o Conselho de Administração está empenhado na concretização dessa solução porque permitiria libertar mais de 40 camas do Hospital S. Sebastião. Estando neste momento no Hospital de S. Miguel 25 camas com mais 17 numa ala que está em bom estado, teríamos ali as tais 40 camas. Aquilo que nos estamos a fazer é a acompanhar. Tive a oportunidade de ver já num jornal uma reação negativa por parte do pessoal médico do Hospital de S. Sebastião que diz que não existem condições no Hospital S. Miguel e que é complicado essa implementação. Mas isso é uma responsabilidade do Centro Hospital, a criação dessas condições. A nós cabe-nos estar totalmente disponíveis para facilitar a sua concretização e foi isso que eu manifestei ao Senhor Presidente do Conselho de Administração. Depois a Dr.ª Carla Rodrigues complementar a esta informação na reunião que vai ter. Objetivamente é isto que está em cima da mesa. Seria um sinal importante que seria dado para o Hospital de S. Miguel. Com a abertura da psiquiatria e outras valências no Hospital S. João da Madeira, o Hospital de S. João da Madeira nos últimos anos tem sido claramente beneficiado. O próprio Presidente do Conselho de Administração reconheceu que numa dada fase foi o Hospital de S. Sebastião que o Conselho centrou as atenções, num passado recente foi o Hospital de S. João da Madeira e que agora é a vez do Hospital de S. Miguel ter afetos um conjunto de investimentos mais substanciais do que aqueles que tem vindo a ter. Seria importante para este Hospital ter esta resposta e seria uma resposta que permitiria alguma

tranquilidade em relação ao futuro do Hospital de S. Miguel. Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha: Reunimos esta semana com o professor Henrique Pereira e falamos sobre o futuro da Escola Superior de Saúde e sobre alguma vontade de continuarmos a afirmar esta realidade no nosso Concelho. A realidade que nos traz esta Escola Superior de Saúde de dinâmica social pode ajudar a dinamizar um pouco a nossa área central da cidade. Equacionamos a possibilidade de se avançar para requalificação de um espaço nesta zona para albergar uma residência universitária. Seria um projeto interessantíssimo. Olhamos para a Escola Superior de Saúde como uma importante resposta no ensino superior. Relativamente às restrições ao funcionamento dos bares, aquilo que tem acontecido é da inteira responsabilidade da GNR, a autarquia não fez nenhuma alteração naquilo que são os horários disponíveis para estes estabelecimentos. ===== Sobre a questão formulada pelo Vereador José Campos, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Ana de Jesus, que disse o seguinte: Correu nas redes sociais que a Câmara tinha solicitado à GNR para fazer vistoria aos horários de funcionamento. Isso não é verdade. Não houve da parte da Câmara Municipal iniciativa nenhuma sobre esse assunto. Também não existe por parte da Câmara Municipal nenhuma recusa a qualquer prorrogação de horário. Nenhuma. Acontece que, temos uma Lei de 2015, temos um Regulamento anterior a 2015 que está completamente desatualizado da lei, que já devia ter sido revisto, para se coadunar com a lei e ainda não foi. Já há instruções para o Departamento Jurídico, conjuntamente com o setor das Taxas e Licenças, se sentarem e começarem a delinear um novo regulamento que vá de acordo com a própria Lei. O Regulamento diz que os bares têm licença até às 2,00 da manhã, podendo a Câmara prorrogar até às 3,00, até às 4,00 ou até às 5,00 horas, desde que não haja um parecer desfavorável da GNR. Houve um Bar, em concreto, que tinha uma prorrogação de horário até às 4 da manhã, prorrogação essa que terminou em dezembro, eles atempadamente não pediram nova prorrogação e tiveram o azar de a GNR em janeiro chegar e obrigá-los a fechar. A Câmara não tem nenhuma responsabilidade nisso. A ação da GNR foi uma ação de fiscalização normal e não foi da responsabilidade da Câmara Municipal. ===== Sobre a questão da União Desportiva Oliveirense (UDO) o Senhor Presidente referiu que ficou muito satisfeito pela presença na “Final Four” e não tão satisfeito por não estarem presentes na Final. Relativamente à polémica que se prende com uma loja onde supostamente devíamos ter produtos locais: O espaço era para os Clubes participantes dinamizarem. A Oliveirense não conseguiu dinamizar o espaço. A Organização da prova ligou-nos na quinta-feira, à noite, a dizer que o espaço estava vazio se a Câmara Municipal não o queria dinamizar. Com dois dias não tínhamos capacidade para o dinamizar. E tínhamos de pagar o espaço para o dinamizar. Cabia aos Clubes dar essa resposta e achamos que em cima da hora não fazia sentido tentar reunir um conjunto de produtos para ir colocar na sexta-feira. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: Despacho - Autorizações/aprovação de obras por Administração Direta; Informação Interna – Relação de Alvarás de licenças, autorizações de utilização e títulos de admissão emitidos, no período de 05/01/2018 a 18/01/2018. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 7, a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **PESSOAL** =====

===== **SECÇÃO AUTÓNOMA DO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO – NOVA COMPOSIÇÃO (I/1460/2018) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Pelo n.º 3 do art.º 3º da Portaria n.º 759/2009, de 16 de julho, a Câmara Municipal deve deliberar a criação no âmbito do respetivo Conselho Coordenador de Avaliação de uma Secção Autónoma, para a avaliação do pessoal não docente, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 58º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (e posteriores alterações); - Em 01 de setembro de 2015, passaram a integrar o mapa de pessoal do MOA, o pessoal não docente afeto aos Agrupamentos de Escolas do concelho, decorrente da celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências n.º 559/2015 entre o Ministério da Educação e Ciência e o Município de Oliveira de Azeméis, (publicado na II Série do DR n.º 145, de 28 de julho de 2015); - “A Secção Autónoma é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, (...), devendo a mesma integrar os diretores dos Agrupamentos de Escolas ou escolas não agrupadas respetivas, ou os seus representantes ...” (n.º 4 do art.º 3º da citada Portaria); - Que a presidência da Secção autónoma foi por mim delegada no Sr. Vereador Rui Luzes Cabral; **Proponho:** A aprovação da nova composição da Secção Autónoma do CCA, presidida pelo Sr. Vereador Rui Luzes Cabral, passando a ser constituída pelos seguintes elementos: - Sr.ª Vereadora Inês Lamego; - Diretor-Chefe de Equipa Multidisciplinar de Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos - José Figueiredo Faria; - Chefe de Divisão Municipal de Administração Geral e Recursos Humanos - Margarida Mota Ferreira; - Chefe de Divisão Municipal de Educação - Nuno Tavares; - Diretora do Agrupamento de Escolas Soares Basto - Maria José Cálix; - Diretor do Agrupamento de Escolas de Loureiro/Pinheiro da Bemposta - Vasco Machado Vaz; - Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva - António de Almeida Figueiredo; - Diretor do Agrupamento de Escolas Fajões/Carregosa - António Camilo Silva; - Diretora do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro - Ilda Maria Gomes Ferreira; Podendo fazer-se representar, em caso de ausência, falta ou impedimento.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES** =====

===== **BANDA DE MÚSICA DE LOUREIRO - CEDÊNCIA DO CINE TEATRO CARACAS COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LOCAÇÃO (I/3417/2018) – APROVAÇÃO:**

*Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela **Banda de Música de Loureiro**, com vista à realização de espetáculo de Música, 24 de fevereiro de 2018, às 21h30m, bem como ensaios das 14h00m às 19h00m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela anexa (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro; Proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Banda de Música de Loureiro, nos valores constantes do requerimento apresentado, **no total de 1351,20€, acrescido de IVA**, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista, **no valor de 112,27€, acrescido de IVA**, devendo ser dada publicidade, nos termos e para os efeitos do artº 79º da citada Lei nº 73/2013.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM CLUBE DESPORTIVO DE CUCUJÃES (I/4761/2018) – APROVAÇÃO DE MINUTA:**

Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido apresentado pelo Clube Desportivo de Cucujães E/ 1143/2018; - O teor da informação interna I/2370/2018, do Gabinete do Desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria

da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6.º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46.º (Apoios Financeiros), daquele diploma legal ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” - que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c)) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; - O despacho do Sr.(a) _____ de __/__/__, que designa como Gestor/a do Contrato , o/a Trabalhador/a _____; Proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com O Clube Desportivo de Cucujães, ao abrigo da alínea u), n.º1, art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes do contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 842/2018, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Pelo Vereador Rui Lopes foi colocada a seguinte questão: Se a Câmara Municipal já tinha definido os critérios do valor atribuir, se é um valor que já estava previamente definido? ===== Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi explicado que só se está a acertar em 2018 o valor igual ao que os outros clubes receberam em 2014, 2015. 2016. O valor da formação é de 30,00€ por atleta registado nas Associações. Estamos a regularizar tudo o que diz respeito até à época 2016/2017. Até final de fevereiro vamos definir critérios para a época 2017/2018, para serem deliberados todos em simultâneo ano económico / época desportiva e todos saibam com o que podem contar. ===== Pelo Vereador Rui Lopes foi ainda solicitado um esclarecimento sobre as atribuições, uma vez que na proposta aparece referência às épocas (2015/2016;2016/2017) e na proposta (ponto cinco) do valor a atribuir aparece por ano civil?===== Pelo Vereador Helder Simões foi explicado que no atletismo a época desportiva é considerado o ano civil. O critério era 2014/2015 e fazer acoplar à época 2014/2015 o ano 2014 daquelas coletividades que não têm época desportiva de setembro/ junho mas têm ano civil. Como queremos regularizar todas as situações até final de 2017, faz sentido a época terminar no ano civil. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM GRUPO JUVENIL DE PINHEIRO DA BEMPOSTA (I/4765/2018) – APROVAÇÃO DE MINUTA:**

Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido apresentado pelo Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta E/1643/2018; - O teor da informação interna I/2833/2018, do Gabinete do Desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar

uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – nº 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros), daquele diploma legal ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” - que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c)) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; - O despacho do Sr.(a) _____ de __/__/__, que designa como Gestor/a do Contrato , o/a Trabalhador/a _____; Proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com O Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta, ao abrigo da alínea u), n.º1, art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes do contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 843/2018, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM JUVENTUDE DESPORTIVA CARREGOSENSE (I/4756/2018) – APROVAÇÃO DE

MINUTA: *Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido apresentado pela Juventude Desportiva de Carregosense E/1049/2018; - O teor da informação interna I/730/2018, do Gabinete do Desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – nº 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros), daquele diploma legal ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” - que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c)) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; - O despacho do Sr.(a) _____ de __/__/__, que designa como Gestor/a do Contrato , o/a Trabalhador/a _____, Proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa*

ao livro de atas), a celebrar com a Juventude Desportiva Carregosense, ao abrigo da alínea u), n.º1, art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes do contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 841/2018, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACADEMIA DE MÚSICA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO (I/4751/2018) – APROVAÇÃO DE MINUTA:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - O pedido apresentado pela Academia de Música de Oliveira de Azeméis E/439/2018; - O teor da informação interna de 17/01/2018, da Comissão de Análise e Enquadramento de Subsídios (movimentos do E/439/2018; - Que todos tem direito à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art. 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art. 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro); - Que Academia de Música tem como missão assegurar o ensino artístico, desde a iniciação à formação pré-profissional, proporcionando ao mais elevado número de estudantes o acesso à prática musical especializada. Tem, ainda em vista o desenvolvimento de projetos de vida pessoal e/ou profissional e, consequentemente, o enriquecimento da sua região e do país no domínio cultural; - O interesse público municipal, tendo em conta a relevância, a antiguidade e a qualidade do ensino artístico e musical da Academia de Música, e dado que estão a promover e assegurar uma função crucial inerente às atribuições Municipais, designadamente promovendo a inclusão, a democratização do ensino musical nas várias camadas da população e o seu impacto neste Município; - que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; - O despacho do Sr.(a) Inês Lamego de 29/01/2018, que designa como Gestor/a do Protocolo, o/a Trabalhador/a Pedro Saavedra, Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao apoio para o desenvolvimento das atividades e projetos a prosseguir pela mesma, no ano de 2018 (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), ao abrigo do art. 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 844/2018, conforme

determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **JUNTA DE FREGUESIA DE CUCUJÃES – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2018 (I/4067/2018) –**

RATIFICAÇÃO: Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando: O e-mail da Junta de Freguesia de Cucujães a solicitar isenção de pagamento de taxas para a realização do Carnaval 2018, no próximo dia 10 de Fevereiro; O meu despacho de 15/01/2018 (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); A referida entidade e a festividade enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Que compete à Câmara Municipal o reconhecimento do direito à isenção, nos termos do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 03 de Setembro e posteriores alterações; O valor da taxa a isentar para emissão do alvará de autorização de corte de trânsito é de 27,79€. Proponho: A ratificação e convalidação do meu despacho acima referido, ao abrigo do nº 164 do Código do Procedimento Administrativo (CPA).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **JUNTA DE FREGUESIA DE MACIEIRA DE SARNES – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DA “FEIRA NA ALDEIA” (I/1593/2018) –**

RATIFICAÇÃO: Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O e-mail da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes a solicitar isenção de pagamento de taxas para a realização da Feira da Aldeia, realizada a 07 do corrente; O meu despacho de 05/01/2018, em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); A referida entidade e a festividade enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Que compete à Câmara Municipal o reconhecimento do direito à isenção, nos termos do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 03 de Setembro e posteriores alterações; O valor da taxa a isentar para a emissão do alvará de autorização de corte de trânsito é de 27,79€. Proponho: A ratificação e convalidação do meu despacho acima referido, ao abrigo do nº 164 do Código do Procedimento Administrativo (CPA).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **JUNTA DE FREGUESIA DE CESAR – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DA 19ª PROVA DE ATLETISMO DE CESAR (I/1988/2018) – RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O e-mail da Junta de Freguesia de Cesar a solicitar isenção de pagamento de taxas para a realização da 19ª Prova de Atletismo de Cesar, organizado pela Associação de Cultura e Desporto - Villa Cesari, a realizar no dia 28 do corrente mês; O meu despacho de 08/01/2018, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; A referida entidade e a festividade enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6º, do referido regulamento; Que compete à Câmara Municipal o reconhecimento do direito à isenção, nos termos do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 03 de Setembro e posteriores alterações; O valor da taxa a isentar para emissão do alvará de autorização de corte de trânsito é de 27,79€. Proponho: A ratificação e convalidação do meu despacho acima referido, ao abrigo do nº 164 do Código do Procedimento Administrativo (CPA).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **UNIÃO DE FREGUESIAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS/SANTIAGO DE RIBA UL/UL/MACINHATA DA SEIXA/MADAIL – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS E DE S. BRÁS (I/2084/2018) – RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O e-mail da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis a solicitar isenção de pagamento de taxas para a realização da Festa em honra da Nª. Sª. das Candeias e de S. Brás, organizada pela Comissão de Festas, a realizar nos dias 2, 3 4 de Fevereiro/2018; O meu despacho de 04/01/2018, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de tas; A referida entidade e a festividade enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6º, do referido regulamento; Que compete à Câmara Municipal o reconhecimento do direito à isenção, nos termos do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 03 de Setembro e posteriores alterações; O valor da taxa a isentar para emissão do alvará de autorização de condicionamento de trânsito é de 27,79€. Proponho: A ratificação e convalidação do meu despacho acima referido, ao abrigo do nº 164 do Código do Procedimento Administrativo (CPA).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE OSSELA (G.C.R. OSSELA) – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DA TELA DE PROTEÇÃO DO PISO DESPORTIVO (I/4309/2018) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 – O Grupo Cultural e Recreativo de Ossela (G.C.R. Ossela) - Associação que tem por fim o desenvolvimento de atividades que contribuam para a elevação do nível cultural, recreativo e físico da população, solicitou em 8 de julho de 2015 e 7 de junho de 2016, a cedência da tela de proteção do piso de recinto desportivo existente no Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, para realização do evento Ossela Summer Fest, realizado respetivamente em 25 de julho de 2015 e 30 de julho de 2016; 2 – A tela de proteção do piso desportivo, sendo um equipamento para ser apenas utilizado no Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, não tem definida taxa para aluguer de utilização; 3 – Foi autorizada pelo Exmo. Sr. Vereador em funções, às datas referidas, a cedência da tela de proteção de piso, considerando o cálculo de custos associados a transporte, montagem e desmontagem da tela de proteção de piso; 4 – Foram emitidas respetivamente as DRI n.º 10148/2015 em 29/07/2015 e DRI n.º11875/2016 de 05/08/2016, no valor de 381,68€ cada, correspondendo ao valor global de 763,36€; 5 – Conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal Prof. Isidro Figueiredo, datado de 10 de maio de 2017, foi efetuado por este serviço levantamento e acompanhamento de Guias de Receita emitidas e por cobrar, com mais de 60 dias, e desenvolvidos procedimentos com o objetivo da sua boa cobrança nos prazos legais; 6 – Em 27 de setembro de 2017, a entidade G.C.R. Ossela foi notificada para cobrança de guias de receita emitidas (S/17844/2017) identificadas no ponto 4, no valor global de 763,36€, no prazo de 30 dias úteis, sob pena deste valor ser cobrado coercivamente, através de um processo de execução fiscal; 7 – Em 20 de dezembro de 2017, o G.C.R. Ossela solicitou a isenção deste pagamento, argumentando disponibilização de “todas as suas infraestruturas, pessoal, meios de transporte, equipamentos diversos e outros ao longo de muitos anos, no apoio às atividades do Município e mesmo a seu pedido a Instituições, Agrupamentos Escolares, Clubes, Bombeiros, Rotary, Lyon’s, Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, Cruz Vermelha, acontecendo casos em que o material não foi devolvido e por vezes devolvido danificado, sem nos pagarem os respetivos custos” invocando ainda que têm “ sido sujeitos a várias situações de incumprimento financeiro por parte do Município com elevados custos para a Coletividade, agravando o endividamento”. Considerando ainda: 8 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art. 23.º do anexo I da Lei n.º75/2013, 12 setembro; 9 - Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013 e posteriores alterações, “a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios;” 10 - Que de acordo com n.º 3 do artigo 16º da lei n.º73/2013 e posteriores alterações, “os benefícios fiscais referidos no número anterior devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade;” 11 - Que eventual interesse público relevante se encontra verificado nos considerandos, nomeadamente no ponto 7

supracitado; Propõe-se, de acordo com os fundamentos retrocitados a concessão de isenção de pagamento das DRI'S 10148/2015 de 29/07/2015 e 11875/2016 de 05/08/2016, pela utilização da tela de proteção de piso desportivo; - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos; - Mais se efetue a devida publicidade nos termos e para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 79.º da lei 73/2013 na sua atual redação.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Remeter à Assembleia Municipal.=====

===== **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **PLANO DIRETOR MUNICIPAL – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO (I/4655/2018) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereador Ana de Jesus foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1- O Plano Diretor Municipal em vigor (PDM13) completou 3 anos a 6 de fevereiro de 2016, terminando assim o período legal em que por salvaguarda dos direitos dos particulares não se podia alterar o plano. 2 - Os planos intermunicipais e municipais são alterados em função da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, de acordo com o artigo 118º do novo RJIGT. 3 -O fim de três anos de vigência (curto prazo) não justifica rever a estratégia de desenvolvimento territorial; 4 - Pretende-se somente introduzir pequenos aperfeiçoamentos ao regulamento do PDM; 5 - As alterações a introduzir, mencionadas na alínea anterior, não comprometem a avaliação ambiental apresentada no processo de revisão do plano diretor municipal; 6 - As competências municipais previstas no n.º 5 da Lei n.º 31/2014, de 30/05, os artigos 76.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05 e a alínea a) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09; Proponho que seja deliberado: A) O início do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal (PDM13), por um período de 6 meses, o qual poderá ser prorrogado por uma única vez por período máximo igual ao estabelecido; B) A não sujeição do procedimento a avaliação ambiental estratégica; C) A abertura do período de participação preventiva, por 15 dias, com início cinco dias após a data da publicação da deliberação municipal no Diário da República; D) As sugestões a apresentar no período de participação preventiva deve ser apresentadas por escrito, em modelo a disponibilizar nos locais de consulta, ou outro documento devidamente identificado dirigido ao Presidente da Câmara Municipal que contenha a identificação e contacto do participante, o conteúdo da sua participação. As exposições devem ser enviadas para a morada postal: Largo da República, 3720- 240 - Oliveira de Azeméis; para o correio eletrónico geral@cm-oaz.pt; via fax: 256 674 694, ou ainda mediante entrega na Loja do Município.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **REDE DE GN – LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE LOUREIRO – CEDÊNCIA DE RAMAIS (I/4994/2018) – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO:** Retirado para análise.=====

===== **COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES** =====

===== **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/1496/2018) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art. 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de tas), configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

===== **JUNTA DE FREGUESIA DE CUCUJÃES – SINAIS DE TRÂNSITO PARA A RUA DE CABO VERDE (I/1515/2018) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal”, (art. 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido registado no E/16756/2017 da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães para aprovação de sinais de trânsito, proposta pela Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, na Rua de Cabo Verde. Proponho: 1. Um sinal (B2) - "Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos" na Rua Cabo Verde, no entroncamento com a Rua Joaquim José António da Silva Carvalho. 2. Dois sinais (B2) - "Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos" na Rua Cabo Verde, no cruzamento com a Rua Margonça. 3. - Um sinal (B1) - "Cedência de Passagem" na Rua Cabo Verde, no entroncamento com a Rua Manuel Tavares "Melro" Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de

20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Remeter à Assembleia Municipal.=

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA AMTSM - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA (I/4279/2018) – AUTORIZAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura n.º 236/2017: 7.543,01€ - Transferências Correntes de Novembro de 2017; Fatura n.º 237/2017: 252,15€ - Transferências de Capital de Novembro de 2017; Fatura n.º 248/2017: 1.403,82€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Novembro de 2017; Fatura n.º 249/2017: 510,95€ - Transferências de Capital relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Novembro de 2017; Fatura n.º 272/2017: 10.199,56€ - Transferências Correntes de Dezembro de 2017; Fatura n.º 273/2017: 217,86€ - Transferências de Capital de Dezembro de 2017; Fatura n.º 284/2017: 1.840,93€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Dezembro de 2017; Fatura n.º 285/2017: 66,49€ - Transferências de Capital relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Dezembro de 2017; Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os n.ºs 776 e 777 de 2018, conforme determina a Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** =====

===== **NORMAS DE GESTÃO DO PARQUE SUBTERRÂNEO SITO NA PRAÇA DA CIDADE (I/4978/2018) – APROVAÇÃO:** “Considerando que: 1. Foi determinado o sequestro do direito da superfície do espaço no qual se encontra instalado o Parque de estacionamento Gemini, sito na Praça da Cidade, do Município de Oliveira de Azeméis, o qual foi explorado, até 1 de abril de 2016, e que encerrou sem fundamento legal e legítimo e sem quaisquer explicações ao Município, pela firma “Sociedade de Construções Soares da Costa SA”, por deliberação do órgão – Camara Municipal de 19/05/2016; 2. O sequestro foi determinado nos termos e para os efeitos das clausulas 15.10.1, alíneas d) e j) e 15.12.2 do Caderno de Encargos e art. 421.º do Código dos Contratos Públicos; 3. Foi executada a deliberação e elaborado o respetivo auto de sequestro a 07 de junho de 2016, passando o Município a ser responsável desde essa data e durante os próximo 3 meses, previsivelmente, pela exploração/funcionamento do Parque; 4. Torna-se necessária estabelecer as novas regras de gestão e funcionamento do referido

equipamento na pendência do sequestro; 5. Segundo informações obtidas junto da Secção de Património, o Edifício da Praça da Cidade, nomeadamente o parque subterrâneo, é um bem do domínio privado disponível; 6. Compete à camara municipal: a. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; b. Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob a administração municipal (art. 33.º n.º 1 alínea g), ee) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); 7. O domínio privado é o conjunto de bens que, por não se integrarem no domínio público, estão, em princípio, sujeitos a regime de propriedade estatuído na lei civil e, conseqüentemente submetidos ao comércio jurídico correspondente, que se traduz na suscetibilidade de constituírem objeto de relações jurídicas privadas ou de situações reguladas pelo direito civil, nomeadamente, de alienação, locação, troca, comodato, etc. 8. A gestão dos bens do domínio privado disponível, visa a sua máxima rentabilização económica, estando essencialmente vocacionados para funcionar como fonte de rendimento. Gestão fundamentalmente com base em normas de direito privado, isto é, um regime de gestão que permite tirar deles o maior rendimento, o melhor aproveitamento económico (a regra é a de os alienar ou permitir a sua rentabilização económica — v.g. através do seu arrendamento —, para deles retirar o máximo de rendimento). 9. São atos de gestão privada, os que se compreendem numa atividade em que a pessoa coletiva, despida do poder político, se encontra e atua numa posição de paridade com os particulares a que os atos respeitem e, portanto, nas mesmas condições e no mesmo regime em que poderia proceder um particular, com submissão às normas de Direito Privado. 10. O município, na gestão dos bens imóveis, deve assegurar aos interessados em contratar ou em os utilizar uma concorrência efetiva e garantir adequada publicidade e proporcionar, tempestivamente, o mais amplo acesso aos procedimentos (art. 7.º e 8.º do DL 280/07, de 07 de agosto e posteriores alterações). 11. O CCP não é aplicável aos contratos de compra e venda, de doação, de permuta e de arrendamento de bens imóveis ou contratos similares (art. 1.º n.º 2 do CCP); 12. Locação é o contrato pelo qual uma das partes se obriga a proporcionar à outra o gozo temporário de uma coisa, mediante retribuição. Diz-se arrendamento quando versa sobre coisa imóvel (art. 1022.º e 1023.º do CC); 13. As condições de utilização dos locais de estacionamento constam dos documentos em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Pelo exposto propõe-se: 1. A aprovação das condições de utilização dos locais de estacionamento sites no Parque subterrâneo da Praça da cidade, constantes nos documentos em anexo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) (art. 33.º n.º 1 alínea g), ee) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); 2. Que se assegure aos eventuais interessados em contratar ou em os utilizar uma concorrência efetiva procedendo à adequada publicidade das condições de utilização do parque e proporcionar, tempestivamente, o mais amplo acesso aos procedimentos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

=====EMPREITADAS=====

===== **EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA EBS DR. FERREIRA DA SILVA – CUCUJÃES – FASE 1" – PROCº 028/2017/DEC – ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS (I/3964/2018) – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da empreitada "Reabilitação da EBS Dr. Ferreira da Silva, Cucujães - Fase 1" - Processo nº 028/2017/DEC, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho datado de 16-01-2018, exarado no documento com a referência I/3493/2018, relativo à aprovação dos erros e omissões do caderno de encargos e do prazo fixado para a apresentação das propostas, bem como da não alteração do preço base, nos termos propostos pelo júri do concurso na Ata nº 02, datada de 08-01-2018 (I/1644/2018).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho da proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **LINO ANTÓNIO COSTA MANCEBO OLIVEIRA - PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE (I/4175/2018) – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O requerente, Lino António Costa Mancebo Oliveira, veio solicitar, ao abrigo do disposto no artº 54º, da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio Rústico inscrito na matriz sob o artigo 226, da freguesia de S. Roque; - Nos termos do nº 1 do referido artigo, “a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal”; - O nº 2 do mesmo artigo refere que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana; - Em termos de rentabilidade económica, no caso concreto, não pretende o requerente o parcelamento físico do prédio, apenas doar o terreno no seu todo aos filhos; O meu despacho de 16 de janeiro corrente (I/3697/2018), Proponho: A ratificação do referido despacho, ao abrigo do nº 3 do artº 35º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho da proposta apresentada. =====

===== **OLGA SOARES DE AZEVEDO – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE (I/2722/2018) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus foi apresentada a seguinte proposta: “Veio o requerente solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 7295, da união de freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, “a celebração de qualquer ato jurídico

entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de partes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. Em termos de rentabilidade económica, no caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir: tendo assegurado a compropriedade para todo o terreno e não para parcelar o mesmo, atendendo a exploração individual de cada uma das parcelas. Quanto ao parcelamento para efeitos de construção, dir-se-á que a alinação será feita apenas a dois comproprietários que os mesmos teriam sempre direito a esse parcelamento por via da operação de destaque. Pelo exposto, somos de propor a emissão de parecer favorável a compropriedade.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **LANDÔ & LANDÔ, LDA. – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE AVERBAMENTO (I/5041/2018) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerandos: A proprietária do imóvel veio requerer a isenção do pagamento de taxa de averbamento do presente processo de obras, não argumentando qualquer fundamento para o seu pedido. O valor da taxa é de 31.28 euros. Não existe qualquer fundamento legal para proceder à isenção requerida, contudo o poder para deferir ou indeferir um pedido de isenção cabe à Câmara Municipal e não ao vereador” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade indeferir o pedido apresentado.*

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 10 horas e 35 minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, , na qualidade de secretária a redigi. =====